UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MATEUS JUNIO ALVES RIBEIRO

Ponta Porã – MS
2022

Mateus Junio Alves Ribeiro

ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, em Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Orientador (a): Eliana Lamberti

Ponta Porã – MS
2022

RESUMO

A extensão universitária cumpre o papel fundamental de aproximar a Universidade da sociedade através da transformação de pesquisas teóricas em ações concretas para solucionar problemas socias emergentes, além de promover o desenvolvimento local e regional e, melhorar as condições de vida da população. As Instituições de Ensino Superior (IES), são responsáveis por quase cem por cento das pesquisas científicas do país e sua função é a produção de conhecimento e este trazer benefícios socioeconômicos. Sendo assim, ressaltamos à importância da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no contexto regional sul-mato-grossense. Dessa forma, a universidade, o acadêmico e a sociedade se beneficiam entre si e precisam atuar em sintonia. Este trabalho objetiva analisar as experiências extensionistas do acadêmico durante o curso de Ciências Econômicas na Unidade Universitária de Ponta Porã pela ótica do Desenvolvimento Regional, uma vez que, o cenário fronteiriço é desafiador e de preocupante vulnerabilidade socioeconômica. Os projetos de extensão foram intitulados de “Microrregião de Ponta Porã e seus indicadores” e “A publicidade da produção acadêmica”. O primeiro trabalho apresenta um banco de dados para subsidiar as prefeituras da região sul-fronteira na formulação de políticas públicas. A região sul-fronteira é composta pela cidade polo Ponta Porã que faz divisa com Pedro Juan Caballero no Paraguai, e outros oito municípios, Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru. Já a segunda extensão, aborda a criação do Boletim Informativo de Administração, Contabilidade e Economia (BIACE) para divulgar todas as atividades realizadas pela UU de Ponta Porã nos cursos das áreas sociais e valorizar à instituição através das mídias socias. Ademais, este trabalho é configurado como um relato de experiência, pois expõe as experiências cotidianas a partir de aportes teóricos e científicos, expondo os problemas, técnicas e métodos durante o processo.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Desenvolvimento Regional, Vulnerabilidade Socioeconômica, Região Sul-Fronteira.

ABSTRACT

University extension fulfills the fundamental role of bringing the University closer to society by transforming theoretical research into concrete actions to solve emerging social problems, besides promoting local and regional development and improving the living conditions of the population. Higher Education Institutions (HEIs) are responsible for almost one hundred percent of the scientific research in the country, and their function is the production of knowledge, which brings socioeconomic benefits. Thus, we emphasize the importance of the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS) in the southern-mato-grossense regional context. Thus, the university, the academics and society benefit from each other and need to act in harmony. This work aims to analyze the extensionist experiences of the student during the course of Economics at the University Unit of Ponta Porã from the point of view of Regional Development, since the border scenario is challenging and of worrying socioeconomic vulnerability. The extension projects were entitled "Ponta Porã micro-region and its indicators" and "The publicity of academic production". The first work presents a database to subsidize the municipalities of the southern border region in the formulation of public policies. The southern border region is composed of the pole city Ponta Porã, which borders Pedro Juan Caballero in Paraguay, and eight other municipalities, Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Sete Quedas, and Tacuru. The second extension deals with the creation of the Administration, Accounting and Economics Newsletter (BIACE) to divulge all the activities carried out by the UU of Ponta Porã in the social areas courses and to value the institution through the social media. Furthermore, this work is configured as an experience report, because it exposes the daily experiences from theoretical and scientific contributions, exposing the problems, techniques and methods during the process.

Keywords: University Extension, Regional Development, Socioeconomic Vulnerability, South-Border Region.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIACE – Boletim Informativo de Administração, Contabilidade e Economia

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DataSUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Assessoria de Pesquisas Econômicas

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Ensino Superior

IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEC – Ministério da Educação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PDR-MS – Plano de Desenvolvimento e Integração de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGDRS – Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos

SEMAGRO - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

USP – Universidade de São Paulo

UUPP – Unidade Universitária de Ponta Porã

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões de planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul 14

Figura 2 - Página inicial do site BIACE 44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução populacional dos municípios de 1991 a 2018 27

Gráfico 2 - População residente urbana (1991 – 2010).....27

Gráfico 3 - População residente rural (1991 - 2020) 28

Gráfico 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 1991 a 2010 32

Gráfico 5 - Segurança pública: número de homicídios (1990-2016) 38

Gráfico 6 - Número de suicídios (1990-2016).....38

Gráfico 7 - PIB per capita em reais (R$) no ano de 2017.....40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores Sociais: População, Demografia, Habitação, Índice de Desenvolvimento Humano, Pobreza, Saúde, Educação, Segurança Pública. 24

Quadro 2 – Indicadores Econômicos: Produto Interno Bruto e receitas, Mercado de trabalho, Trabalho e Rendimento, Finanças e Tributos.....26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Esperança de vida ao nascer (anos) 29

Tabela 2 - Mortalidade até cinco anos de idade (por mil nascidos vivos) 29

Tabela 3 - Habitação - água encanada (% da população em domicílios com água encanada) 30

Tabela 4 - Habitação - energia elétrica (% da população em domicílios com energia elétrica) 31

Tabela 5 - Habitação - coleta de lixo (% da população em domicílios com coleta de lixo) 31

Tabela 6 - IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (Emprego & renda, educação e saúde) 0-1 33

Tabela 7 - Pobreza - extremamente pobres (% de pessoas extremamente pobres de 1991 a 2010) 34

Tabela 8 - Pobreza - pobres (% de pessoas pobres de 1991 a 2010) 35

Tabela 9 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 4°série (5° ano - 0 a 10) 36

Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 8°série (9° ano – 0 a 10) 36

Tabela 11 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ensino Médio (0 a 10) 37

Tabela 12 - Taxa de vítimas de acidentes de trânsito (100.000 Habitantes) 39

Tabela 13 - Percentual (%) das receitas oriundas de fontes externas no ano de 2015 41

Tabela 14 - Média dos salários dos trabalhadores formais por município em 2017 (em salários-mínimos) 42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

1. QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO: CONEXÕES PARA COMPREENDER A REALIDADE FRONTEIRIÇA. 11

1.1. Revolução 4.0 11

1.2. Planejamento e Desenvolvimento 14

1.3. A realidade extensionista 19

2. A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA EM QUESTÃO 23

2.1. Microrregião de Ponta Porã e seus indicadores 23

2.1.1. Relatório Social e Econômico 24

2.1.1.1. População 26

2.1.1.2. Demografia 28

2.1.1.3. Habitação 30

2.1.1.4. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 32

2.1.1.5. Pobreza 33

2.1.1.6. Educação 35

2.1.1.7. Segurança Pública 37

2.1.1.8. Economia 40

2.1.1.9. Trabalho e rendimento 41

2.1.2. Resultados 42

2.2. A publicidade da produção acadêmica 43

2.2.1. Proposta 45

2.2.2. Relatório 45

2.2.3. Resultados 46

CONSIDERAÇÕES FINAIS 47

REFERÊNCIAS 49

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem o objetivo de analisar a experiência extensionista do ponto de vista do acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) da Unidade Universitária de Ponta Porã (UUPP).

O acadêmico em questão é oriundo do estado de Minas Gerais, e em 2019 se deslocou para um novo desafio universitário na fronteira de Ponta Porã com Pedro Juan Caballero e, essa nova perspectiva regional foi de extrema importância para exploração de determinados aspectos fronteiriços e implementá-los nas extensões. Neste aspecto, temos três sujeitos dependentes: o acadêmico, a universidade e a sociedade, na qual, um trabalho realizado com excelência pode gerar diversos benefícios para todos. Para o acadêmico destaca-se a questão do aprimoramento intelectual e profissional; para a Universidade os benefícios se referem à valorização do tripé Ensino-Extensão-Pesquisa para a promoção do desenvolvimento social e, para a sociedade que recebe as ações promovidas é uma possibilidade de conhecer a importância do Ensino Superior e de como este pode colaborar na promoção do bem-estar das pessoas.

De acordo com o ex-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Herman Chaimovich (2019), as universidades públicas tem a delegação que compreende gerar cidadãos capacitados para alavancar um país inteiro, bem como, as universidades públicas possuem como papel principal a produção de conhecimento, e este trazer benefícios socioeconômicos e intelectuais. Além disso, as Instituições de Ensino Superior (IES), são responsáveis por quase cem por cento da pesquisa do país e, precisam oferecer condições propícias, sejam físicas ou mentais para aquisição de conhecimento além do senso comum. Ademais, no âmbito econômico, coadjuvam para prover as demandas da sociedade (USP, 2019).

O papel do Ensino Superior é objeto de discussão de várias pesquisas e publicações. A importância da UEMS no contexto regional sul-mato-grossense também. Assim como a formação política administrativa de Mato Grosso do Sul é relativamente recente (o desmembramento do então território de Mato Grosso é formalizado em 1977), a criação da UEMS data dos anos de 1990. A Unidade Universitária de Ponta Porã é inaugurada em 1994 por meio da oferta do curso de

Administração. O Curso de Ciências Econômicas foi criado oficialmente em 27 de maio de 2002, por meio da Resolução CEPE-UEMS N° 287 que aprovou a seleção de candidatos para o ingresso na primeira turma no ano letivo de 2003. É ofertado no período noturno e disponibiliza 50 (cinquenta) vagas anualmente. O período para integralização do curso é de no mínimo 04 anos e máximo 07 anos. Até o ano de 2021, totalizaram 16 (dezesseis) turmas e aproximadamente 195 (cento e noventa e cinco) bacharéis em Ciências Econômicas.

Na Unidade Universitária de Ponta Porã, são também oferecidos os cursos de graduação em Administração (primeira turma formada em 1998) e Ciências Contábeis (primeira turma formada em 2009), e o curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS, Nível Mestrado – PPGDRS (ofertado a partir de 2014).

A UEMS está presente fisicamente em 15 (quinze) municípios. A importância da UUPP pode ser expressa pelo destaque de algumas especificidades regionais. Localizada no 5º maior município do Estado também definida como cidade-gêmea de Pedro Juan Caballero, Ponta Porã é referência microrregional tanto para fins de serviços de saúde como educação. A especialização no setor primário (especialmente agricultura), de serviços e o turismo de compras possibilita uma série de oportunidades e desafios.

Nesta fronteira[1] de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, a UEMS tem um papel fundamental na promoção do capital intelectual e das potencialidades econômicas, tendo em vista que o local é diferente das demais localidades não fronteiriças e é desafiadora, pois apresenta um elevado nível de desigualdade social.

Sendo assim, as motivações que estimularam o acadêmico a participar de projetos de extensão se relacionam com a percepção de uma realidade muito instigante: a) enorme disparidade socioeconômica da região fronteiriça de MS e carência de dados para promoção de políticas públicas, e b) baixa visibilidade da comunidade externa acerca da UEMS de Ponta Porã.

Neste sentido, o objetivo geral deste TCC é analisar a experiência extensionista pela ótica do Desenvolvimento Regional.

De forma complementar, busca-se apresentar e discutir a trajetória acadêmica e o enriquecimento curricular por meio da extensão; discutir e estudar os

[1] Não é objeto de discussão neste trabalho o conceito de fronteira. Contudo, a perspectiva presente nas reflexões é a de aproximação e não separação.

desafios e dificuldades e oportunidades da prática extensionista para a área de Ciências Econômicas em Ponta Porã.

Os recursos metodológicos escolhidos se referem à dois exercícios.

O primeiro corresponde à fundamentação teórica. As implicações do fenômeno denominado de Quarta Revolução Industrial que enalteceu e acelerou a conexão e desafios econômicos, políticos e sociais entre os territórios mundiais, nacionais e regionais iniciam a revisão bibliográfica. O papel do Estado enquanto responsável pelo Planejamento e promoção do Desenvolvimento Econômico nos permitiram aterrissar na análise da importância e institucionalização da Extensão Universitária.

A descrição qualitativa das experiências extensionistas passam a ser enriquecidas pelo recorte teórico escolhido. Este trabalho, é configurado como um relato de experiência, pois refere-se a experiências cotidianas vivenciadas e transmitidas a partir de aportes teóricos e científico, expondo os problemas presenciados, técnicas, métodos e interposições durante o processo. (GROLLMUS; TARRÉS, 2015).

Para contemplar os objetivos, as próximas páginas estão divididas conforme a descrição metodológica: o primeiro capítulo destina-se a apresentação do referencial teórico dialogando com a realidade de Mato Grosso do Sul, e o segundo corresponde ao trabalho empírico no formato de relato de experiência.

1. QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO: CONEXÕES PARA COMPREENDER A REALIDADE FRONTEIRIÇA.

O processo dinâmico do capitalismo e sua característica revolucionária promovem discussões no universo acadêmico, estatal e empresarial.

O planejamento público (em nível nacional, regional e local) e o privado (pequenas, médias e grandes empresas), ou a ausência do planejamento, está vinculado às potencialidades, problemas e possíveis escolhas estratégicas para a promoção do desenvolvimento econômico.

As atividades extensionistas universitárias podem ser uma estratégia de promoção do desenvolvimento neste contexto revolucionário.

É sobre a conexão entre estas premissas que os próximos tópicos se dedicam.

1.1. Revolução 4.0

A globalização e a 4ª Revolução Industrial são o ponto de partida para vários teóricos do desenvolvimento bem como explicam as mudanças necessárias para a formação acadêmica, enquadrar e interagir universidade e sociedade, especialmente diante da complexidade das questões geopolíticas, econômicas e sociais na qual a UUPP se insere.

Os aspectos teóricos que embalam a presente proposta inserem-se na atual lógica 4ª Revolução Industrial (também denominada Indústria 4.0) e na competitividade sistêmica da globalização[2].

Schwab (2016) ilustra o atual contexto de mudanças de paradigmas com os seguintes dados: em 1990, na cidade de Detroit (EUA) as 3 maiores empresas possuíam uma capitalização de mercado em US$ 36 bi, com um faturamento de US$250 bi e empregando 1,2 milhão de trabalhadores. Em 2004, o centro dinâmico moveu-se para o Vale do Silício (EUA), onde as 3 maiores empresas possuíam capitalização de mercado em US$ 1,09 trilhão, faturamento de US$ 247 bi e 137 mil empregados (aproximadamente 10 vezes menos empregados). O atual contexto dos

[2] Sobre as demais revoluções, sugere-se a leitura de: LAMBERTI, Eliana. MATOS, Willian Rocha de. O pensamento econômico e o pensamento jurídico: evolução e paradigmas. Revista Profanações. Ano 7, n. esp., p. 61-89, fev. 2020.

negócios está marcado: a) pela mudança no papel do capital e na escala dos negócios, b) pelos desafios do lado da oferta no que se refere ao trabalho e à produção e, c) predominância dos bens de informação.

Então, a 4ª RI envolve as categorias físicas (exemplificadas pelos veículos autônomos, impressão 3D, robótica avançada, novos materiais), a digital (internet das coisas, bitcoin/Blockchain[3], Facebook, Airbnb) e a biológica (genoma humano, xenotransplante, neurociência). As mudanças são disruptivas tanto no que se refere ao ritmo (velocidade e não linearidade), a amplitude e profundidade uma vez que as mudanças de paradigma são sem precedentes (na economia, os negócios, da sociedade e dos indivíduos), e aos impactos que são sistêmicos e multifacetados. Trata-se da revolução digital, da inteligência artificial, de fábricas inteligentes (cooperação global e flexível), do sequenciamento genético, nanotecnologia, energias renováveis, computação quântica, big data[4].

Todas as esferas da vida em sociedade são impactadas por essa nova dinâmica. A economia vem sendo desafiada tanto nos níveis de crescimento como em sua dinâmica. A população precisa se reestruturar dado o envelhecimento, nível de produtividade, opções de emprego e natureza do trabalho. Os negócios devem ser repensados diante das expectativas dos consumidores, do advento dos chamados produtos inteligentes, da chamada inovação colaborativa, dos novos modelos operacionais. Do ponto de vista nacional e global e capacidade de adaptação dos governos (micro e macro poderes) está em discussão as novas estruturas de poder, a necessidade de regulamentos para a inovação, sem falar das novas fronteiras de segurança (incluindo a cibernética).

No que se refere ao conceito de globalização, Gonçalves (1999) explica que é definida pela: expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; acirramento da concorrência nos mercados internacionais (competitividade internacional) e, a integração entre os sistemas econômicos nacionais (ativos em mãos dos não residentes). Tal contexto impõe diversos desafios de natureza micro e macroeconômicas. Os mercados financeiros exercessem pressões na autonomia de governabilidade dos Estados Nacionais, as relações internacionais se tornaram mais

---

[3] Sobre este assunto, sugere-se a leitura de: SILVA, Fábio Correia da. BARO, Andreia Rodrigues Ferreira. SOARES, Fany Pereira de Araújo. Criptomoedas: apontamentos sob a ótica macroeconômica. Diversitas Journal, vol 5. N.1 (JAN/MAR, 2020).

[4] Refere-se aos poderosos softwares capazes de tratar esses dados para transformá-los em informações úteis as organizações (Redmaxx, 2021 p.7).

complexas e marcadas pela interdependência, e a volatilidade sistêmica gera vulnerabilidade externa nas esferas produtiva, financeira, comercial e tecnológica.

Essa nova dinâmica afeta os territórios e cidades de forma diferente. Mato Grosso do Sul, especificamente o território de Ponta Porã, localizam-se de forma periférica na dinâmica produtiva nacional e internacional.

Mendez (2006), Santos e Silveira (2012) explicam como os territórios podem se destacar nesse cenário de cidades globais e arquipélago mundial. As grandes metrópoles agrupam os centros de decisão dos grandes grupos, empresas e organismos com maior poder e capacidade de influência, possuem elevada densidade de serviços especializados (geração, tratamento e difusão de conhecimento e informação), controlam os de fluxos financeiros e promovem a coexistência de uma produção cada vez mais dispersa com coordenação e integração cada vez maior.

Logo, se constituem em pontos de comando da organização da economia mundial (finanças e serviços especializados). Por outro lado, promovem a exclusão de porções territoriais uma vez que deixa parte dos territórios a margem das correntes de capital, informação e mercadorias, e por isso é um processo de integração e exclusão constituindo ilhas de forte dinamismo econômico e demográfico e áreas submersas que recebem apenas efeitos indiretos.

A geografia econômica conclui que o território é usado de acordo com seus acréscimos de ciência e técnica e a constituição e uso deste território requer parcelas volumosas de informação. Essa é a “cara geográfica da globalização”. Os acréscimos de ciência, tecnologia e informação ao território são produto e condição para o desenvolvimento de um trabalho material e intelectual que condiciona e segmenta o território e as tradicionais regiões perdem a capacidade de comando. A descentralização industrial (característica da 4ª RI) além de construir uma nova divisão do trabalho industrial, requer remodelação dos arcabouços normativos.

Finalizamos com as contribuições de Acemoglu e Robinson (2012, p. 67): “O crescimento econômico não é apenas um processo de mais e melhores máquinas, e mais gente com acesso a melhor educação, mas é também um processo transformador e desestabilizador, associado à destruição criativa generalizada”. A definição de crescimento econômico enquanto produto da educação e da transformação (que só a educação pode promover de forma sustentável no tempo) por meio de novos produtos e novos processos produtivos requer a aproximação da Universidade e da sociedade neste contexto revolucionário da Industria 4.0.

Ou seja, para que o território fronteiriço de Ponta Porã possa se destacar nesta nova dinâmica, entende-se que os cursos ofertados, que são fundamentais para a promoção de novos negócios e gestão financeira sustentável, devem ser fortalecidos seja por meio de novas parcerias seja pela divulgação de toda a sua produção intelectual e técnica.

1.2. Planejamento e Desenvolvimento

Em 11 de outubro de 1977, Ernesto Geisel assinou o decreto separatista do Mato Grosso, em mais um estado, Mato Grosso do Sul. O que impulsionou esse acontecimento foi o desenvolvimento desigual das regiões norte e sul do antigo estado. Sendo assim, a justificativa dada se resumia nas imposições administrativas, na qual uma única máquina administrativa era incapaz de gerir um território extenso demais, além dá não recomendação de ter estados grandes e potencialmente ricos na região de fronteira pela Doutrina de Segurança Nacional (SEMAGRO, 2018).

O Estado de Mato Grosso do Sul é composto por uma área territorial de 357.145,4 km² de extensão, e abrange as fronteiras internacionais com o Paraguai e a Bolívia. A organização político-administrativa do estado constitui-se de 79 limítrofes com centros urbanos administrativos. Segundo o IBGE (2021), o Estado possui aproximadamente 2.839.188 habitantes e conforme os dados censitários de 2010, uma densidade demográfica de 7,24 hab/km². Sua capital é Campo Grande, e outros municípios relevantes são Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Aquidauana, Nova Andradina e Naviraí (SEMAGRO, 2015). Para complementar, na figura 1 abaixo estão expostas as regiões de planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul.

Figura 1 - Regiões de planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: SEMAGRO/2015

Neste trabalho, o enfoque está na região sul-fronteira de Mato Grosso do Sul, área de fronteira com a República do Paraguai. A significância de fronteira para Machado (1998 p.41-49), “nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado”, ou seja, a fronteira era o que marcava o início do Estado. Somente após a evolução dos padrões civilizatórios dos níveis de subsistência que as fronteiras tornaram lugar de comunicação entre os Estados e adquiriram cunho político. Além disso, o autor completa que a fronteira está orientada a exercer força centrífuga, ou seja, para fora, e traz à tona algumas inferências:

> A fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central [...], a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação [...], a fronteira pode ser um fator de integração, na medida que for

> uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas. (MACHADO, 1998 p.41-49).

Para Cardoso (2017), fronteira é “uma linha material ou imaginária, historicamente institucionalizada, que, contudo, esmaece-se diante dos movimentos de produção/construção real do espaço”, isto é, possuem dinâmicas que vão além da formalidade de barreiras existenciais.

O assunto fronteira em ênfase no território nacional, o Governo do Estado de MS, criou o Plano de Desenvolvimento e Integração de Fronteira (PDR-MS, 2012), e se comprometeu a colocar o desenvolvimento regional como prioridade na tentativa de combater as desigualdades, de fortalecer e viabilizar os potenciais endógenos, além de recuperar a dívida social com uma população em histórica situação de vulnerabilidade. Também, tais medidas foram implantadas e inseridas na agenda 2030 do Governo, com a missão de promover o desenvolvimento econômico, socioambiental, segurança, saúde, educação, infraestrutura e logística, e aduanas integradas.

A região sul-fronteira de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (2015), é composta por nove municípios, incluindo Ponta Porã, limítrofe polo, os demais são: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru.

De acordo com a Divisão Regional do Brasil (1990), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a divisão regional foi constituída para respeitar os limites político-administrativos, na qual o suporte territorial é obtido através das diferentes organizações de espaço e estrutura da dinâmica social. Então entende-se por microrregião uma organização dotada de especificidades quanto ao espaço, sejam elas, estrutura de produção, relações sociais e econômicas particulares, condições climáticas, e presença dominante de mão-de-obra não remunerada em áreas de estrutura social capitalista. Para complementar o IBGE ressalta a identificação das microrregiões como:

> A organização do espaço microrregional foi identificada também pela vida de relações ao nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender às populações através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante constituindo-se pela produção propriamente dita distribuição, troca e consumo incluindo atividades urbanas

> e rurais. Dessa forma ela expressa a organização do espaço a nível micro ou local. (IBGE,1990 p.8).

Os princípios teóricos que sustentam a primeira etapa estão ligados de forma mais ampla a temática de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, todos objetivando o bem-estar social. O primeiro referencial é de Clemente e Higachi (2000) que descrevem em sua obra "Economia e Desenvolvimento Regional ", a importância do planejamento e que o mesmo tem significado amplo e refere-se ao conjunto de atividades de estudo e previsão que servem para a tomada de decisões. Mostra também a divisão feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1990 para os conceitos de microrregião (regionalização institucionalizada).

Já o autor Nali de Souza (2012), frisa que a renda per capita é o fator primordial para melhorar os indicadores sociais. A pobreza é fruto da expansão demográfica acelerada, do crescimento do desemprego ou da lenta acumulação de capital que ocasionam a desaceleração do crescimento econômico.

> "O crescimento econômico precisa, portanto, superar o crescimento demográfico, para expandir o nível de emprego e a arrecadação pública, a fim de permitir ao Governo realizar gastos sociais e atender prioritariamente as pessoas mais carentes. Com isso, há melhoria dos indicadores sociais, incluindo melhores níveis educacionais e de consciência ambiental" (SOUZA, 2012, p.7).

Vale ressaltar também que Nali de Souza diferencia crescimento de desenvolvimento econômico, sendo que o primeiro está relacionado às questões produtivas e o segundo a questões que refletem positivamente na vida da população, dessa forma os dois precisam manter-se em harmonia para que ocorra o progresso.

O autor Fonseca (2006) discorre sobre o fato de acúmulo de capital ser essencial no desenvolvimento. Sendo assim, esse acúmulo é transformado em investimento. O autor cita também a educação como elemento central do progresso de uma sociedade além de, transcender os aspectos puramente econômicos. Complementa que o desempenho de uma pessoa pode ser comprometido por uma formação educacional inadequada e consequentemente afeta o desenvolvimento de interpretação de mundo e execução de atividades complexas. (FONSECA, 2006). Ademais, o mesmo aponta que o governo não pode ser afetado pela doença da corrupção, pois representa um grave desperdício de recursos.

Por fim, Ricardo Feijó (2007), complementa com uma visão mais técnica e complexa de desenvolvimento econômico. Ele expõe que a renda per capita não é

sinônimo de progressão econômica, uma vez que países com elevado indicador de riqueza média podem apresentar, ao mesmo tempo, indicadores sociais sofríveis, por exemplo o Brasil. Além disso, enfatiza que a desigualdade social decorre da má distribuição de renda.

Antes do processo de desenvolvimento econômico acontecer, há um componente fundamental chamado planejamento. Através dele, que consiste no ato de criar e planejar, antecipadamente, uma ação, desenvolvendo assim, estratégias programadas para atingir determinado objetivo. Para Zapelini (2010 p.25), planejamento “é o processo de desenvolvimento e manutenção de uma referência estratégica entre os objetivos e capacidades da organização e as mudanças de suas oportunidades”. Existem os planejamentos de curto e longo prazo, o primeiro significa formular planos (caminho de ações), para atingir metas e objetivos a serem alcançados em um futuro próximo, já o segundo estabelece estratégias para alcançar seus objetivos em um futuro distante. Todos estes elaborados de forma eficiente fazem com o que progresso aconteça (ZAPELINI, 2010).

Em suma, aborda-se os indicadores socioeconômicos que são instrumentos que buscam revelar dados sobre os problemas sociais e econômicos de determinada região. Os principais indicadores são: Produto Interno Bruto (PIB), a renda per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Coeficiente de Gini, o nível de desemprego e a oferta de serviços públicos à população. A finalidade dos mesmos auxilia tanto a pesquisas quanto a formulação de políticas públicas para melhoria da sociedade.

Após a exposição do desenvolvimento regional, partiremos para um conceito mais específico e flexível, o desenvolvimento local. Segundo Harvey (1996), essa abrangência de concepção regional para local ocorreu nos anos de 1970, com o declive do modelo fordista, cuja característica era a produção em massa nas grandes cidades. Com a crise desse modelo nos anos de 1970, surge a necessidade de encontrar meios de produções mais flexíveis, diversificados, tecnológicos e que reduzia custos e tempo, logo teriam produtos mais baratos e competitivos.

Desde essa nova perspectiva de acumulação arqueável, as potencialidades endógenas competitivas tornam-se o principal mecanismo de estudo teórico de desenvolvimento local para promoção do crescimento territorial, que objetiva um sistema produtivo flexível, o empreendedorismo e a inovação. (HARVEY, 1996).

Para Barbosa (2018), a definição de desenvolvimento local parte do

encadeamento de forças de fora e de dentro das comunidades locais, como organização própria, investimentos públicos, colaboração populacional e capital social. Com isso, para promover o desenvolvimento local é necessário a criação de um ambiente democrático e produtivo, em que os agentes e atores locais, público e privado estejam em sintonia para explorar o potencial da área.

Conforme Buarque (2002 p.25), “o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. O enfoque desse autor está nas potencialidades locais, com intuito que explorar as possibilidades para a sociedade, bem como, melhorar o bem-estar da população e preservar os recursos naturais.

Na visão de Barquero (2001 p.37), o desenvolvimento endógeno “pode ser visto como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderada pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população”. Dessa forma, compreende-se que a percepção do autor está na autonomia das comunidades locais para criar mecanismos estratégicos em prol do desenvolvimento daquela área e qualidade de vida da população. (BARQUERO, 2001).

1.3. A realidade extensionista

A extensão no Brasil começou à ascender impulsionada pelos movimentos estudantis do governo federal, liderados pelo Ministério da Educação e por outros setores da sociedade civil, a partir de 1930.

A institucionalização, no Brasil, de uma política extensionista começou a se efetivar a partir de 1980, quando iniciaram as discussões sobre o papel da Universidade na sociedade. Nesse contexto, em 1987 foi constituído o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras (FORPROEX), com a participação de professores representantes de Universidades públicas federais e estaduais das cinco regiões do país.

Neste Fórum, os representantes Dirigentes de Instituições de Educação Superior tinham como objetivo institucionalizar a Extensão estabelecendo diretrizes básicas para a sua implementação. Em virtude disso, atualmente o FORPROEX é uma entidade voltada para articulação de políticas acadêmicas de extensão, pensada

para fortalecer a democracia e o pleno exercício da cidadania. (FORPROEX, 2010).

Este Fórum conceitua a extensão como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que fomenta a interação entre a Universidade e diversos setores da sociedade. (FORPROEX, 2012).

A Extensão tem como objetivo aproximar a Universidade da sociedade, demonstrando a importância da formação e pesquisa científica para o desenvolvimento local e regional, além de tornar o conhecimento acadêmico mais prático para os alunos e mais proveitoso para a população. (MEC, 2018).

O termo “extensão” é derivado do verbo “estender”, que significa ampliar, abranger, expandir. Nesse sentido, é possível afirmar que a Extensão acadêmica busca transformar todo o conhecimento teórico adquirido na academia, em ações concretas que podem servir de aprimoramento das pesquisas teóricas e fortalecimento intelectual e qualificação dos estudantes. (SOUZA, 2021).

Para mais, essas ações também ajudam os pesquisadores a voltar o olhar para as necessidades da região, tornando as pesquisas mais úteis para a realidade fora do ambiente acadêmico. O FORPROEX afirma que a relação entre extensão e pesquisa ocorre no momento em que a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida da população (FORPROEX-PNEU, 2001, p. 23-24).

O FORPROEX (2012) formalizou os objetivos da Política Nacional de Extensão Universitária no Plano Nacional de Extensão que ocorreu em 1999. Dentre eles, foram elencados:

> (...) contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País; (...) possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País; (...) e priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais, como habitação, produção de alimentos, geração de emprego, distribuição de renda, relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho; (...). (FORPROEX, 2012).

Dessa forma é possível compreender que a Extensão tem o papel não só de solucionar problemas emergentes, mas também de proporcionar o acesso ao conhecimento àqueles que, em decorrência das desigualdades sociais e raciais estabelecidas no País, não puderam acessar. Atender as necessidades sociais também é permitir que a população se sinta capaz de produzir conhecimento e transformar a realidade de suas famílias e da região como um todo. Em termos de significância, conforme as deliberações do MEC (2018):

> “extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Ministério da Educação, 2018).

Com a homologação da Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018 pelo Ministério da Educação (MEC), com uso de atribuições legais para o regimento da Extensão na Educação Superior Brasileira, o artigo 4° expôs que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Dessa forma, torna-se parte obrigatória da graduação e pós-graduação, na qual deve contribuir para potencialidade de interações e benefícios universitários, sociais e econômicos. Também, a extensão é um pilar fundamental para existência das universidades e, sua obrigatoriedade implicará no fortalecimento intelectual dos acadêmicos, bem como lidar com a prática da profissão.

A extensão universitária da UEMS foi objeto de pesquisa junto ao PPGDRS. Duas dissertações, em especial se destacam nesse assunto. Souza (2021) analisou a extensão universitária praticada pela UEMS por meio das ações realizadas no período de 2014 a 2018 e contextualizou a história da institucionalização da Extensão no Brasil, no Mato Grosso do Sul e na UEMS. A pesquisa empírica tratou dos dados atinentes ao Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX).

Godoy (2021) estudou as ações extensionistas realizadas pelos cursos da Unidade Universitária de Ponta Porã (UEMS) no período de 2010 a 2020 e como contribuem para o desenvolvimento regional. A pesquisadora constatou que o curso de Ciências Econômicas foi responsável por aproximadamente 40% das ações, seguido pelo curso de Administração (34%), Ciências Contábeis (13%) e PPGDRS[5] (13%). Em se tratando das áreas temáticas, Saúde ocupou a primeira colocação, seguida por Trabalho, Tecnologia e Produção, Direitos Humanos e Justiça e Meio Ambiente. As áreas Cultura e Educação não tiveram ações extensionistas no período analisado.

As pesquisadoras destacaram os impactos positivos gerados pelos projetos[6]

---

[6] Os programas e projetos devem estar vinculados a uma dessas áreas temáticas: Comunicação,

e ações de extensão (socioeconômico, cientifico tecnológico, na cultura e na imagem) bem como as influências que se desdobram na demanda local, no ambiente cultural, no ambiente empresarial, no emprego e renda, no dinamismo econômico e na modificação da infraestrutura local.

Lamberti e Vieira (2022), ao analisar a experiência extensionista neste território especifico, destacam que são inúmeros os desafios em se tratando de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento. Antes de mais nada, requer a perspectiva multidisciplinar. E no contexto da dinâmica econômica sul-mato-grossense, pouco diversificada e pautada na “especialização” produtiva do agronegócio, as pesquisadoras ressaltam que é necessário propor ações e políticas voltadas para a superação da realidade excludente e que potencializa velhos e novos problemas estruturais. A comunidade acadêmica deve assumir essa responsabilidade e a extensão tem um papel fundamental nesse processo.

Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Saúde, Trabalho, Cultura e Educação.

2. A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA EM QUESTÃO

Neste capítulo serão expostos os dois projetos de extensão realizados pelo graduando durante o período de 2019 e 2020, respectivamente, “A microrregião de Ponta Porã e seus indicadores” e “A produção da publicidade acadêmica”. E tem a finalidade de apresentar o processo de formulação dos trabalhos, desde à ideia inicial até os resultados e possíveis projetos futuros.

2.1. Microrregião de Ponta Porã e seus indicadores

O projeto intitulado como “Diagnóstico socioeconômico da microrregião de Ponta Porã para subsidiar a prefeitura no planejamento de políticas públicas”, da linha de extensão de desenvolvimento regional, teve início em agosto de 2019 e findou no mesmo mês do ano seguinte. Inicialmente, o olhar do estudante que veio do sudeste brasileiro para fronteira internacional entre Brasil e Paraguai, antes nunca visitado, resultou em debates com a Professora Doutora Eliana Lamberti, acerca das vulnerabilidades socioeconômicas deste local, logo, surgiu a ideia de implantação do projeto.

O objetivo geral do trabalho consistiu na organização de um banco de dados e estatísticas socioeconômicas da microrregião de Ponta Porã. E os objetivos específicos em:

a) coletar e sistematizar os principais indicadores e estatísticas dos municípios que compõem a região sul-fronteira de Mato Grosso do Sul;

b) Elaborar relatórios analíticos com estes indicadores e estatísticas, e

c) Fornecer tais análises aos gestores municipais (Prefeitura Municipal) e contribuir para o planejamento das políticas públicas.

Para o aparato quantitativo, as fontes de extração de informações e dados foram de instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipeadata, DataSUS, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Assessoria de Pesquisas Econômicas – FIRJAN. Fontes que fornecem dados valiosos, porém pouco explorados por gestores de políticas públicas da faixa de fronteira. Também, é valido

ressaltar que alguns dados estão desatualizados e isso dificultou a execução e análise dos dados atuais.

Em relação aos procedimentos metodológicos, para contemplar os objetivos do trabalho respectivamente tiveram o:

a) Estabelecimento de categorias – identificação dos indicadores;
b) Codificação;
c) Tabulação – extração de dados para planilha;
d) Análise e interpretação dos dados;
e) Divulgação do relatório analítico.

Além do mais, para aperfeiçoar o projeto conversamos com o secretário do meio ambiente e desenvolvimento, em 2019, na Prefeitura de Municipal de Ponta Porã acerca das demandas emergentes para formulação de políticas públicas.

Mediante os desafios enfrentados pela microrregião de Ponta Porã, o projeto de extensão visou de uma forma clara e objetiva, auxiliar a Prefeitura no desenvolvimento populacional, através de um diagnóstico socioeconômico (banco de dados/estatístico). Infelizmente, o Governo do Mato Grosso do Sul não fornece esses dados detalhadamente, com isso, faz com o que ocorra uma carência de sistematização a respeito de análises e interpretações de dados. Além de compreender os indicadores socioeconômicos e basear nos grandes fundamentos teóricos, o projeto foi visto como primordial na microrregião. Também, é através dele que a Prefeitura poderá desenvolver as políticas públicas, sendo assim a população é altamente beneficiada.

2.1.1. Relatório Social e Econômico

Os dados foram divididos de acordo com os indicadores de desenvolvimento e crescimento das regiões em estudo, e subdivididos de acordo com os aspectos de vidas de um povo (estado social) e parâmetros econômicos. Abaixo, respectivamente, os quadros 1 e 2 apresentam os indicadores sociais e econômicos.

a) **Quadro 1** – Indicadores sociais da região sul-fronteira: População, Demografia, Habitação, Índice de Desenvolvimento Humano, Pobreza, Saúde, Educação, Segurança Pública.

Temática	Dados	Período
População	- População total, - População urbana e rural, e - População por sexo.	1991 a 2018
Demografia	- Esperança de vida ao nascer, - Mortalidade (até um ano) e (até 5 anos/ 1000 nascimentos), - Probabilidade de sobrevivência até os 40 e 60 anos, - Porcentagem de pessoas com 65 anos ou mais morando sozinhas, e - Taxa de fecundidade.	1970 a 2010
Habitação	- No. de domicílios com água canalizada rede geral, - No. de domicílios com iluminação elétrica, - No. de domicílios com instalações sanitárias rede geral, - Domicílios com água potável na rede geral (pessoas), - No. de domicílios, - Habitação com água encanada (%), - Habitação com energia elétrica (%), e - Habitação com coleta de lixo (%).	1970 a 2010
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, - Índice de Desenvolvimento Humano - longevidade, - Índice de Desenvolvimento Humano – educação, - Índice de Desenvolvimento Humano – renda, - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – educação, - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – emprego e renda, - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – saúde.	1910 a 2010
Pobreza	- Pessoas extremamente pobres (%), e - Pessoas pobres (%).	1991 a 2010
Saúde	- Distribuição percentual das internações por grupo de causas e faixa etária (desde o nascimento até mais de 60 anos).	2009
Educação	- Educação (início ensino fundamental, IDEB, matrículas, docentes e estabelecimentos), - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (4° série 5° ano), - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (8° série 9° ano), e - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – educação.	1991 a 2018
Segurança Pública	- No. de homicídios, - No. de homicídios entre jovens (de 15 a 29 anos), - No. de suicídios, - No. de suicídios entre jovens (de 15 a 29 anos), e - Acidentes de trânsito.	1990 a 2016

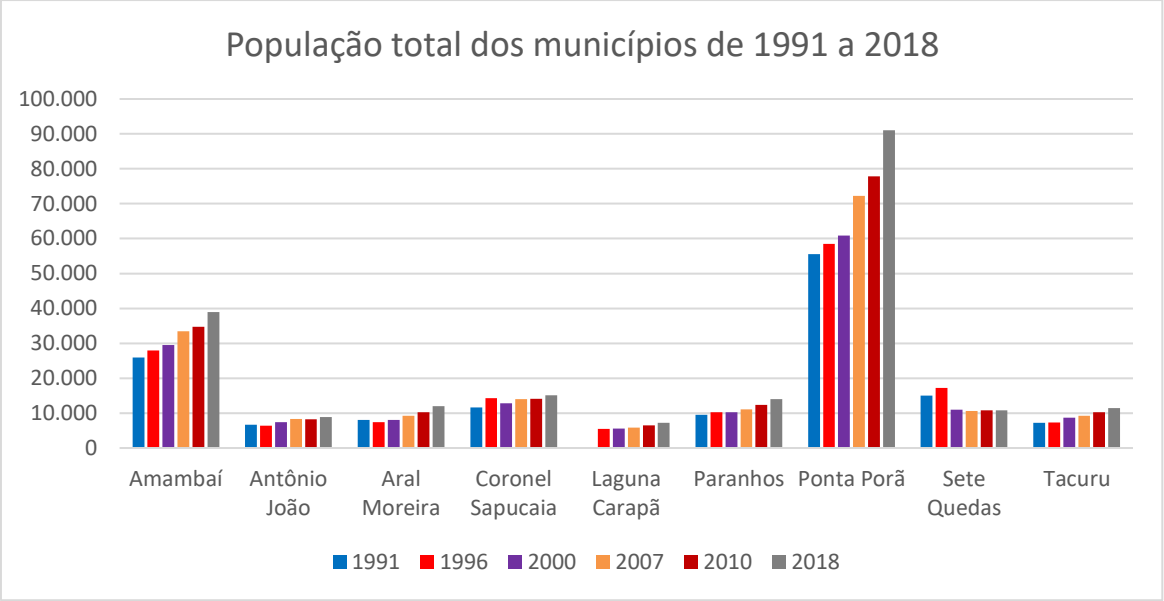
b) **Quadro 2** – Indicadores econômicos da região sul-fronteira: Produto Interno Bruto e receitas, Mercado de trabalho, Trabalho e Rendimento, Finanças e Tributos.

Temática	Dado	Período
Economia	- Produto Interno Bruto e receitas.	2015 a 2017
Mercado de trabalho	- População Economicamente Ativa – total, - População ocupada – pessoas, - Taxa de participação.	1970 a 2000
Trabalho e rendimento	- Salário médio mensal - Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo	2010 e 2017
Finanças e Tributos	- Despesas correntes municipais, - Despesas – saúde e saneamento, - Despesas – assistência e previdência, - Despesas – educação e cultura, - Despesas – habitação e urbanismo, - Despesas por função geral – municipal, - Receita de capital – municipal, - Receita orçamentária, e - Receita tributária – impostos e taxas.	2001 a 2017

2.1.1.1. População da região sul-fronteira

A população dos limítrofes em análise cresceu gradativamente sem muitas alterações. Atualmente quase todos os municípios não ultrapassam um montante de 15 mil habitantes totais, exceto Amambai, Coronel Sapucaia e Ponta Porã que respectivamente até 2018 apresentavam populações de 38.958, 15.152 e 91.082 habitantes. Ponta Porã no decorrer dos anos desde 1991 a 2018 apresentou uma variação percentual de 63,99%. Já Sete Quedas o número de habitantes declinou, enquanto em 1996 havia 17.251, em 2018 chegou a 10.812, um decréscimo percentual de 37,33%. O gráfico 1, apresenta a evolução populacional de todos os municípios da microrregião de Ponta Porã, de 1991 a 2018.

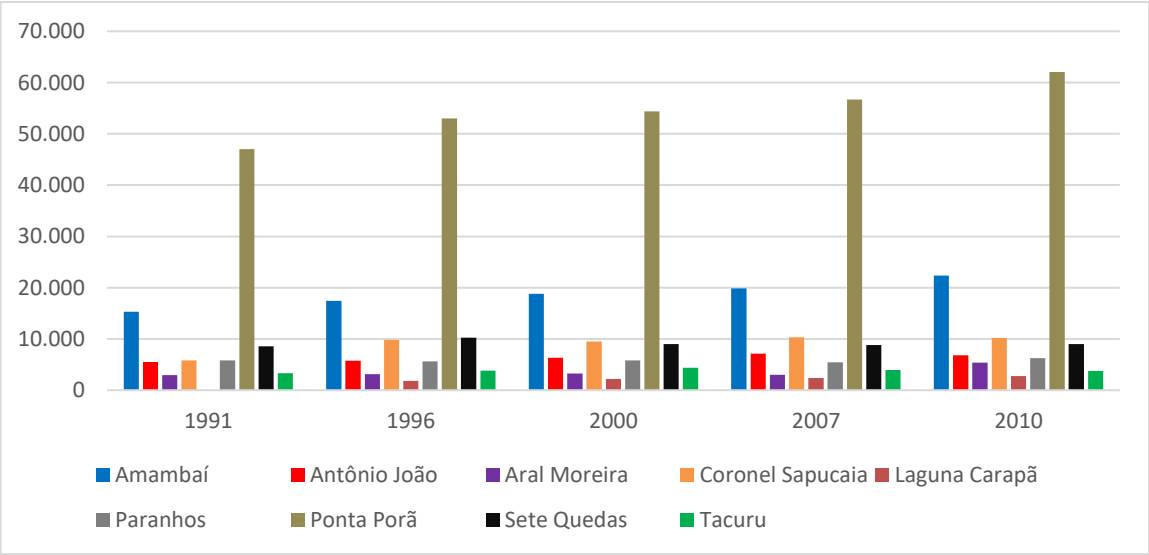
Gráfico 1 - Evolução populacional dos municípios de 1991 a 2018



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A população total é subdividida em dois grupos, urbano e rural, além das distinções por sexo feminino e masculino. Os residentes urbanos predominam, pois são zonas em que estão encontram-se os principais postos de trabalhos, saúde, escolas entres outros equipamentos e infraestrutura. O gráfico 2 exibe a população residente urbana de 1991 a 2010.

Gráfico 2 - População residente urbana (1991 – 2010)

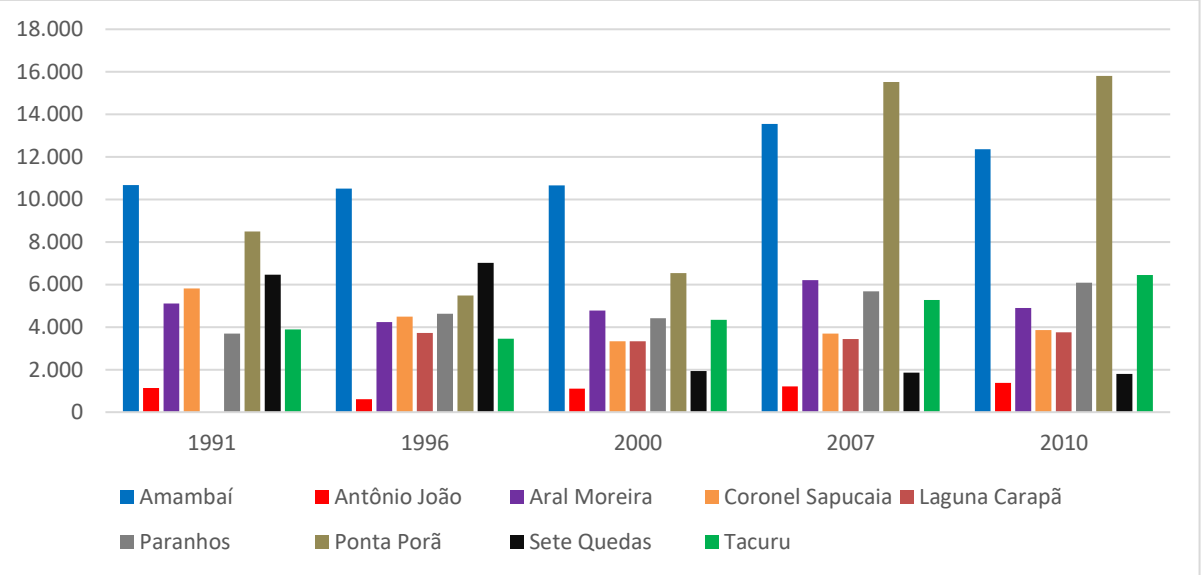


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Destaque para Ponta Porã, que de 1991 a 2010 teve um aumento de aproximadamente 15 mil residentes urbanos, seguido por Amambai que apresentou um aumento de 7 mil habitantes.

A seguir, o gráfico 3 expressa a população rural dos municípios em análise. Os residentes rurais enfrentam algumas dificuldades, como locomoção, mercado de trabalho e acessos a área da saúde. Nos dados em análise, houveram poucas alterações no quesito rural, o mais representativo foi em Ponta Porã que no ano de 1991, havia 8.501 residentes rurais e em 2010 passou a ser 15.805 residentes.

Gráfico 3 - População residente rural (1991 - 2020)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O município de Sete Quedas apresentou um afluxo de pessoas na área rural, em 1991, existia 6.462 cidadãos e em 2010 caiu para 1.806. Podemos perceber neste município a migração em massa da população rural no decorrer dos anos.

2.1.1.2. Demografia

A esperança de vida ao nascer incide no tempo médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento. No Brasil, de acordo com o censo de 2016 do Banco Mundial, a expectativa de vida é de 75,51 anos.

Tabela 1 - Esperança de vida ao nascer (anos)

Município	1970	1980	1991	2000	2010
Amambaí	53,98	58,59	69,67	72,16	74,07
Antônio João	52,63	58,59	64,84	66,92	72,94
Aral Moreira	-	58,59	67,63	71,00	72,90
Coronel Sapucaia	-	-	69,48	70,53	73,34
Laguna Carapã	-	-	69,73	71,00	74,34
Paranhos	-	-	63,12	69,11	73,65
Ponta Porã	54,89	58,59	69,13	71,42	73,73
Sete Quedas	-	-	63,85	67,50	71,70
Tacuru	-	-	63,12	65,21	71,91

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
*Os dados vazios não foram disponibilizados pelo IPEA.

De acordo com a Tabela 1, na região sul-fronteira, Amambai, desde a década de 1970 obteve uma das melhores evoluções dentre os municípios analisados, uma taxa de crescimento de 37,22%, ou 20,06 anos, em 1970 era 53,98 e em 2010 atingiu 74,04 anos. O representativo mais baixo de esperança de vida ficou com a cidade de Sete Quedas, 71,7 anos em 2010.

A mortalidade infantil incide no número de crianças que não vão sobreviver ao primeiro ano de vida em relação a 1000 crianças nascidas vivas. A mortalidade até 5 anos de idade, é a probabilidade de morrer desde o nascer até a idade exata de 5 anos por mil crianças nascidas vivas.

Conforme mostra a Tabela 2, no ano de 1991, Paranhos desempenhou taxas elevadas de mortalidade infantil, 55,48, nos anos 2000, diminui para 32,92 a probabilidade, no ano de 2010 reduziu ainda mais esse número, 24,3, uma taxa decrescente de 56,2%. O resultado é satisfatório quando menor for a probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade de 5 anos por mil crianças nascidas vivas.

Tabela 2 - Mortalidade até cinco anos de idade (por mil nascidos vivos)

* Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas.

Município	1991	2000	2010
Amambaí	30,11	26,62	23,40
Antônio João	47,95	36,42	25,90
Aral Moreira	37,07	31,10	26,10
Coronel Sapucaia	37,10	31,02	25,00
Laguna Carapã	38,60	26,70	22,80
Paranhos	55,48	32,92	24,30
Ponta Porã	34,85	25,57	24,10
Sete Quedas	52,20	38,71	29,00
Tacuru	55,48	38,68	28,50

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Ao analisar o município de Tacuru, verificou-se que o mesmo apresenta similaridades, com Paranhos, quanto, a probabilidade de morrer até os cinco anos, no ano de 1991 a probabilidade foi 55,48, em 2000 era 38,68 e em 2010 estava 28,5.

Dentre os municípios em analise o que apresenta números relativamente baixos é Amambai, 1991 a exequibilidade era de 30,11, em 2000 foi de 26,62, e em 2010 23,4.

2.1.1.3. Habitação

A porcentagem da população em domicílios com água encanada indica a razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com água canalizada para um ou mais cômodos e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. A água pode ser proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa. Ponta Porã em 1991 já apresentava uma eleva porcentagem em ralação aos demais municípios, era 79,29% de domicílios com água encanada, nos anos 2000 era 85,94% e em 2010 92,84%. Paranhos desde 1991, encontra em estado crítico pois em 19 anos desenvolveu apenas 15,99%, passou de 54,19% de domicílios com água encanada para 70,18% em 2010, de acordo com a tabela 3:

Tabela 3 - Habitação - água encanada (% da população em domicílios com água encanada)

Município	1991	2000	2010
Amambaí	66,07	78,96	90,79
Antônio João	47,84	79,67	89,52
Aral Moreira	68,55	81,4	94,35
Coronel Sapucaia	58,56	61,31	93,96
Laguna Carapã	63,15	78,86	96,64
Paranhos	54,19	65,61	70,18
Ponta Porã	79,29	85,94	92,84
Sete Quedas	66,26	88,84	96,44
Tacuru	53,83	72,47	81,99

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Conforme a Tabela 3, Ponta Porã em 1991 já apresentava uma eleva porcentagem em relação aos demais municípios, era 79,29% de domicílios com

água encanada, nos anos 2000 era 85,94% e em 2010 92,84%. Paranhos desde 1991, encontra em estado crítico pois em 19 anos desenvolveu apenas 15,99%, passou de 54,19% de domicílios com água encanada para 70,18% em 2010.

Quanto a percentagem da população em domicílios com energia elétrica consiste na razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. Considera-se iluminação proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor. Paranhos e Tacuru nesse conceito apresentam maiores dificuldades com instalações elétricas, ambas cidades não ultrapassam 82% de domicílios com energia elétrica em 2010, já Ponta Porã, no mesmo período, destaca-se com 99,2% de estabelecimentos com rede elétrica. Pode-se observar através da tabela 4, a porcentagem da população em domicílios que possuem energia elétrica.

Tabela 4 - Habitação - energia elétrica (% da população em domicílios com energia elétrica)

Município	1991	2000	2010
Amambaí	74,82	80,25	90,67
Antônio João	75,49	88,03	91,6
Aral Moreira	74,27	88,65	95,61
Coronel Sapucaia	72,54	79,36	88,94
Laguna Carapã	75,04	86,2	93,53
Paranhos	58,09	67,85	70,97
Ponta Porã	92,65	96,88	99,2
Sete Quedas	79,93	92,7	95,75
Tacuru	65,83	72,38	81,35

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Em relação a porcentagem de domicílios com coleta de lixo, em 2010 todos os limítrofes já estavam com mais de 90% de coleta de lixo, como apresenta a tabela 5:

Tabela 5 - Habitação - coleta de lixo (% da população em domicílios com coleta de lixo)

Município	1991	2000	2010
Amambaí	94,02	96,97	98,83
Antônio João	77,8	85,26	91,34
Aral Moreira	93,64	98,35	98,43
Coronel Sapucaia	88,9	90,41	98,1
Laguna Carapã	-	89,42	95,34
Paranhos	24,12	87,4	96,69
Ponta Porã	88,13	73,46	95,93
Sete Quedas	77,93	89,69	90,22

Tacuru	20,28	86,91	99,33

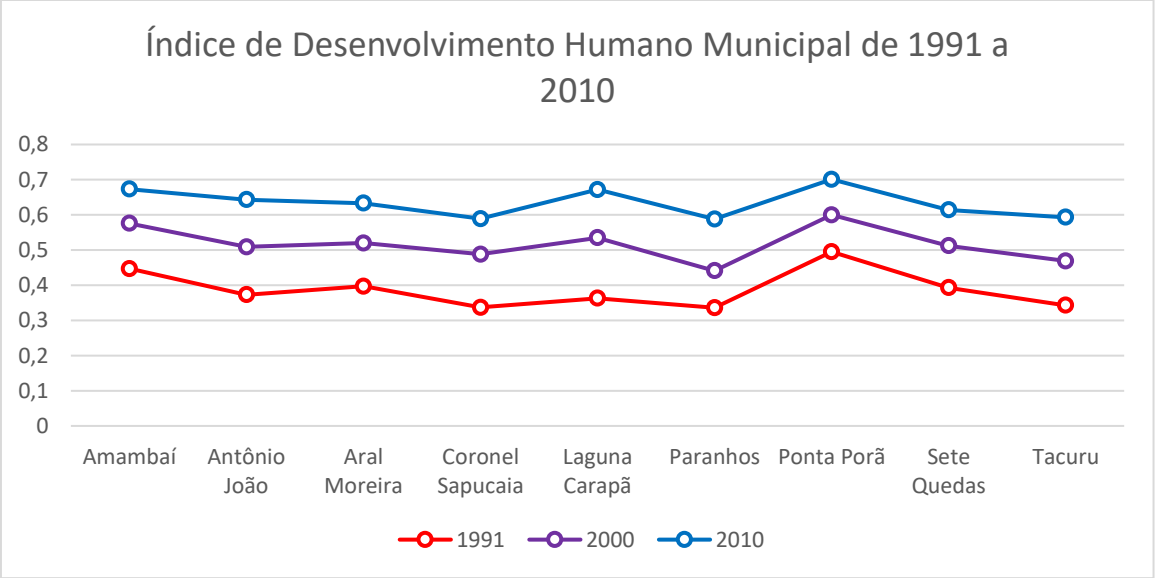
Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Vale ressaltar que os dados são apenas nas áreas urbanas, e independe da periodicidade da coleta bem como do prestador ser público ou privado.

2.1.1.4. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano, indicador que vai de 0 a 1 (quanto maior, mais desenvolvida é a cidade ou país) e as bases são indicadores de educação, renda e saúde. Em 2019, o Brasil ficou na septuagésima nona posição do IDH divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). De acordo com o gráfico 4, em 1991, os municípios em estudos apresentaram índices muito baixos, uma média de 0,387. Nos anos 2000, teve certo aumento em todas as cidades passando do estafe de muito baixo para baixo, exceto Ponta Porã que desenvolveu mais e ocupou a posição média de 0,6 de IDH. A partir de 2010, Ponta Porã assumiu o posto alto do IDH, 0,701. Cidades como Coronel Sapucaia, Paranhos e Tacuru progrediram pouco e seguiram na posição baixa, os demais limítrofes foram para posição média. Um dos desafios para ascensão desses indicadores são as formalizações de políticas públicas para elevar a qualidade de vida da sociedade.

Gráfico 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 1991 a 2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

O índice de FIRJAN de Desenvolvimento Municipal similarmente ao IDH, consiste no estudo sistêmico anual do desempenho socioeconômico de todos os municípios, suas áreas de atuação são emprego e renda, educação e saúde. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, mais desenvolvida é a localidade. De acordo com o índice geral do IFDM, há oscilações anuais em todos os quesitos e municípios, nos anos 2000, a cidade de Tacuru apresentava um índice de 0,5956, já em 2010 era de 0,5276, comprovando a frequência das variações. Antônio João em 2010, apresentou o melhor desempenho fronteiriço, 0,6423. A partir da tabela 6, podemos analisar o índice geral do IFDM de todos os municípios estudados.

Tabela 6 - IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (Emprego & renda, educação e saúde) 0-1

Município	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Amambaí	0,5552	0,6113	0,5661	0,5880	0,5799	0,6107	0,6081
Antônio João	0,4674	0,5140	0,5432	0,5940	0,6224	0,5817	0,6423
Aral Moreira	0,4863	0,6043	0,5945	0,5990	0,5868	0,5768	0,6175
C. Sapucaia	0,4628	0,5354	0,5441	0,5294	0,7409	0,4767	0,5776
L. Carapã	0,6053	0,6702	0,5765	0,6233	0,6772	0,6344	0,6118
Paranhos	0,4925	0,5750	0,5381	0,6072	0,5817	0,5852	0,5710
Ponta Porã	0,5244	0,5991	0,5899	0,6279	0,6024	0,6423	0,6371
Sete Quedas	0,5929	0,5656	0,5706	0,6259	0,5893	0,6285	0,6322
Tacuru	0,5956	0,5244	0,5033	0,5455	0,5646	0,5679	0,5276

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Assessoria de Pesquisas Econômicas (Firjan).

No IFDM educacional, já em 2010, todas as cidades já encontravam no estafe de moderado e alto. Na série histórica do IFDM emprego e renda, desde os anos 2000 até 2010, os índices são baixíssimos, Coronel Sapucaia em 2009 apresentava 0,1693 no quesito emprego e renda.

Como anteriormente apresentado, no IFDM saúde também apresenta diversas variações de ano para ano. De 2008 a 2010, Paranhos apresentou uma queda percentual de 8,61, no ano de 2008 era 0,6110 e 2010 declinou para 0,5584. No mesmo período Coronel Sapucaia que quase obteve o conceito máximo, 0,9264 em 2008, foi para 0,6279 em 2010, redução percentual de 32,22.

2.1.1.5. Pobreza

A porcentagem de extrema pobreza é baseada na proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R$70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado aqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. O Estado do Mato Grosso do Sul tem a quarta maior desigualdade do Brasil, 18,9% do total da população estavam na chamada linha de pobreza. A seguir, a tabela 7 apresenta a porcentagem de pessoas extremamente pobres de 1991 a 2010.

Tabela 7 - Pobreza - extremamente pobres (% de pessoas extremamente pobres de 1991 a 2010)

Município	1991	2000	2010
Amambai	13,80	11,49	10,58
Antônio João	26,25	16,76	11,57
Aral Moreira	13,28	18,73	11,89
C. Sapucaia	20,08	16,11	16,87
Laguna Carapã	14,41	13,7	9,45
Paranhos	35,89	15,84	33,54
Ponta Porã	9,05	9,88	5,94
Sete Quedas	13,18	11,70	9,48
Tacuru	23,87	17,99	23,07

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Antônio João no período de 1991 a 2010 apresentou uma diminuição drástica percentual no número de extrema pobreza, 55,92%, em 1991 era 26,25%, em 2000 foi para 16,76% e em 2010 atingiu 11,57%. Paranhos apresentou uma queda de percentual de 55,87 entre os anos de 1991 e 2000, mas em 2010 elevou a mesma taxa percentual de 111,74%. Tacuru também apresenta situação semelhante à de Paranhos, em 1991 era 23,87%, em 2000 caiu para 17,99% e em 2010 subiu para 23,07%.

A percentagem de pessoas pobres é a proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R$140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado aqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. A tabela 8 mostra a evolução histórica de 1991 a 2010 da porcentagem de pessoas pobres nos municípios da região sul-fronteira em análise.

Tabela 8 - Pobreza - pobres (% de pessoas pobres de 1991 a 2010)

Município	1991	2000	2010
Amambai	40,57	31,54	20,69
Antônio João	58,87	45,54	25,93
Aral Moreira	44,17	41,75	26,82
C. Sapucaia	42,64	38,98	35,06
Laguna Carapã	39,77	36,21	21,84
Paranhos	65,63	50,80	52,84
Ponta Porã	31,54	25,84	16,69
Sete Quedas	45,94	31,36	22,79
Tacuru	47,71	44,95	34,36

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Em todos os municípios há uma diminuição nítida entre os anos de 1991 a 2010. Porém, mesmo com certa diminuição, Paranhos apresenta um alto índice de pessoas pobres, em 1991 era de 65,63% da população, em 2000 50,8 %, e 2010 era de 52,84% das pessoas pobres.

2.1.1.6. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), é o principal indicador da qualidade de ensino básico do Brasil. São utilizados dois conceitos para determinar os dados, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O índice varia de 0 a 10, conforme os conceitos anteriormente citados, além disso, é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação.

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, em percentual, no ano de 2010 é satisfatória em todos os municípios, exceto Coronel Sapucaia que ficou com 84%, nos demais ultrapassaram 90%. Antônio João e Ponta Porã, ambos alcançaram as maiores taxas, 96,9%, Laguna Caarapã e Tacuru também obtiveram porcentagens iguais, 95%. Sete Quedas, Amambai, Paranhos e Aral Moreira, em ordem decrescente teve as seguintes percentagens 93,5%, 93,2%, 91,6% e 90,7%.

Os dados são listados no período dos anos iniciais do ensino fundamental até o final do fundamental, no ano de 2017. O IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental da rede pública em todos os limítrofes começa com indicadores maiores e nos anos finais declina como em Antônio João inicia com 6,1 e termina com 4,9.

Segundo a tabela 9, no IDEB realizado na quarta série (5° ano) há várias oscilações já que os dados são de 2005 a 2017, destaca-se Antônio João que em 2005 era 2,8 e em 2017 foi para 6,1.

Tabela 9 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 4°série (5° ano - 0 a 10)

Município	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Amambaí	3,2	4,3	5	5,3	5,7	5,7	5,5
Antônio João	2,8	3,8	4,3	4,5	5,4	5,8	6,1
Aral Moreira	2,6	3	4	5,1	4,7	4,7	5,1
Coronel Sapucaia	3,4	3,9	3,9	4,4	4,7	4,7	4,7
Laguna Carapã	3,4	4,2	3,8	4,1	3,8	5,1	5,2
Paranhos	3,2	4,2	4,5	4,5	4,7	5	5
Ponta Porã	3,3	4	4,5	5	5,2	5,7	5,8
Sete Quedas	2,8	3,5	4,1	4,8	4,7	4,7	5,1
Tacuru	3,2	3,7	3,9	4,3	4,8	4,2	4,3

Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Crescimento de 117,86% em 12 anos analisados. Tacuru em 2005 era 3,2, subiu para 4,8 em 2013 e declinou para 4,3 em 2017, munícipio com o desempenho mais baixo.

Já na oitava série (9° ano), de acordo com a tabela 10 os indicadores apresentam baixo desenvolvimento na qualidade de ensino nos 12 anos analisados de 2005 a 2017. Sete Quedas, saiu do indicador de 2,8 em 2005, 3,9 em 2011, 3,6 em 2013 e em 2017 foi para 4,8, crescimento percentual de 71,43. As cidades que tiveram pouco desempenho nesse quesito foram: Coronel Sapucaia que passou de 3,1 em 2005 para 4 em 2017, Paranhos que em 2005 era 3 e 2017 foi para 3,9 e Tacuru que 2005 era 3,2 e 2017 foi de 4.

Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 8°série (9° ano – 0 a 10)

Município	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Amambaí	3,3	3,8	4	4,2	4,3	4,1	5
Antônio João	3,2	3,5	3,3	3,8	4,1		4,9
Aral Moreira	3,3	3,3	4,2	3,7	3,9	4,1	4,5
Coronel Sapucaia	3,1	3,3	3,5	3,6	3,8	4	4
Laguna Carapã	3	3,4	3,4	3,6	3,6	4,1	4,6
Paranhos	3	3,4	3,5	3,6	3,1	3	3,9
Ponta Porã	3,1	3,4	3,6	3,6	3,8	4,2	4,4
Sete Quedas	2,8	3,6	3,6	3,9	3,6	4,6	4,8
Tacuru	3,2	3,8	3,3	3,1	3,6	3,7	4

Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

No ensino médio, o IDEB apresenta baixa qualidade de ensino, em ordem decrescente a seguir, na tabela 11 estão expostos os valores e as respectivas cidades no ano de 2017, Sete Quedas 4, Amambai e Aral Moreira 3,5, Antônio João 3,4, Paranhos 3,3, Coronel Sapucaia 3,2, Ponta Porã 3, Tacuru 2,6 e Laguna Carapã 2,5. É nítido o declínio e defasagem da qualidade do ensino básico conforme a série.

Tabela 11 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ensino Médio (0 a 10)

Município	2017
Amambaí	3,5
Antônio João	3,4
Aral Moreira	3,5
Coronel Sapucaia	3,2
Laguna Carapã	2,6
Paranhos	3,3
Ponta Porã	3
Sete Quedas	4
Tacuru	2,5

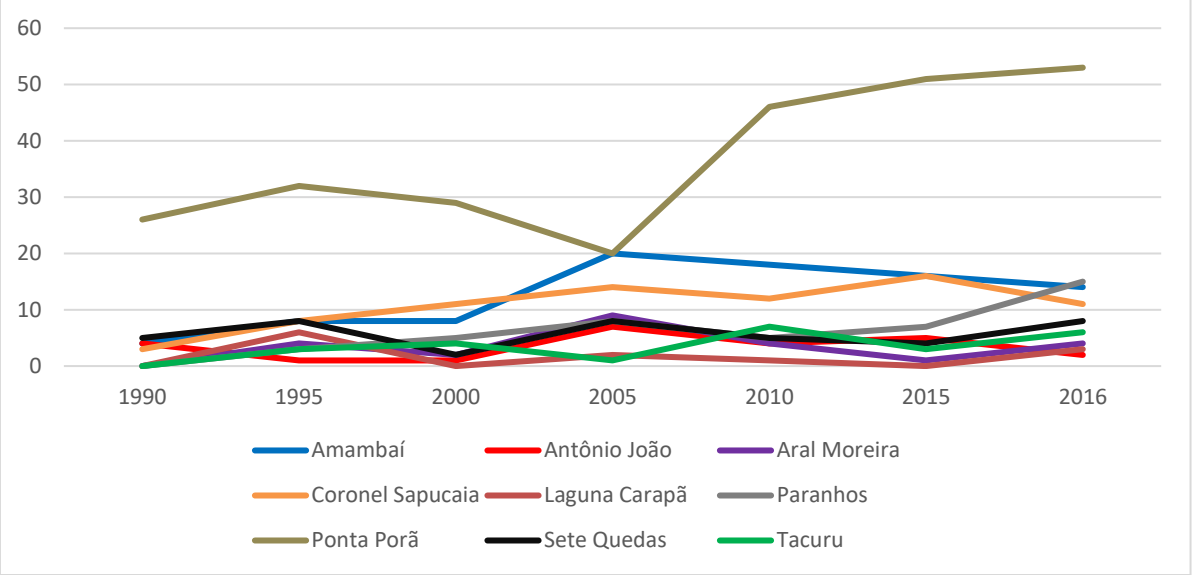
Fonte: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até o fim de 2022, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

2.1.1.7. Segurança Pública

No período de 26 anos estudados, de 1990 a 2016, o número de homicídios na região sul- fronteira é relativamente alto, tendo oscilações em determinados anos. Ponta Porã por apresentar um maior conjunto populacional, enfrenta desafios para reduzir o elevado número de homicídios totalizados em 1022, e uma média de 39,3 casos por ano. Já Laguna Carapã, por ser uma cidade que nunca apresentou uma população maior que 9 mil habitantes, totaliza a menor média de assassinatos, 1,23 por ano. Tais dados são apresentados no gráfico 5:

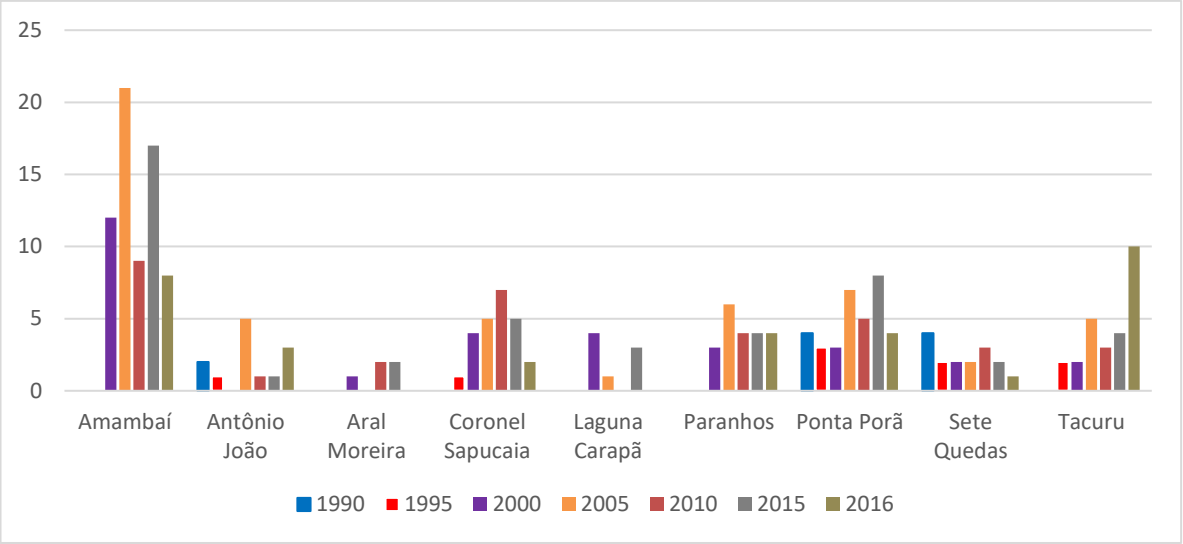
Gráfico 5 - Segurança pública: número de homicídios (1990-2016)



Fonte: DATASUS – Site SUS (Sistema Único de Saúde).

Depois dos acidentes de trânsito, o suicídio é o maior causador de mortes entre jovens de 15 a 29 anos. No Brasil, em seis anos o número de suicídios aumentou 7%, enquanto o índice mundial declinou a 9,8% de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Os dados mundiais são alarmantes, a cada 40 segundos uma pessoa suicida. Na região sul-fronteira, o município de Amambai a partir de 1999 apresenta um aumento considerado em relação aos demais municípios. A alta dos suicídios em Amambai ocorre em quase sua totalidade nas aldeias indígenas, por jovens, em condições precárias de subsistência ou com depressão. Através do gráfico 6, podemos observar o número de suicídios de 1990 a 2016.

Gráfico 6 - Número de suicídios (1990-2016)



Fonte: DATASUS – Site SUS (Sistema Único de Saúde).

O ápice de suicídios foi no ano de 2005, com 52 pessoas. Mais da metade dos casos (51,43%), são jovens de 15 a 29 anos.

Os acidentes de trânsito apresentam dados alarmantes, em um estudo realizado entre os anos de 2008 a 2016 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), a cada ano aproximadamente 46 mil pessoas morrem vítimas de transporte nas ruas e nas estradas, outro fator relevante é que esses acidentes afetam diretamente os cofres públicos. De 2009 a 2018 no Brasil os acidentes de trânsito deixaram mais de 1,6 milhão de feridos, com o custo de quase 3 bilhões ao Sistema Único de Saúde (SUS). Na área fronteiriça de estudo, a partir da tabela 12 podemos concluir que, Amambai e Ponta Porã, em um total de cem por cento, representa 68,29% dos ocorridos, nos demais municípios os números totais nos 26 anos analisados não ultrapassam 100 vítimas.

Tabela 12 - Taxa de vítimas de acidentes de trânsito (100.000 Habitantes)

*Cálculo da Taxa: Divisão do grupo populacional multiplicado por 100.000 pela população de referência.

Município	1990	1992	2000	2008	2010	2016
Amambaí	19,60	19,00	10,18	17,50	22,69	26,30
Antônio João	-	-	13,50	109,90	12,00	57,18
Aral Moreira	-	-	12,41	30,02	57,65	17,26
Coronel Sapucaia	-	-	-	21,35	28,02	46,93
Laguna Carapã	-	-	-	15,60	45,52	14,09
Paranhos	-	-	-	8,24	7,98	21,94
Ponta Porã	39,02	34,43	18,06	31,64	49,33	27,22
Sete Quedas	6,67	6,49	9,14	45,49	36,55	27,75
Tacuru	41,21	-	11,47	39,64	48,22	17,92

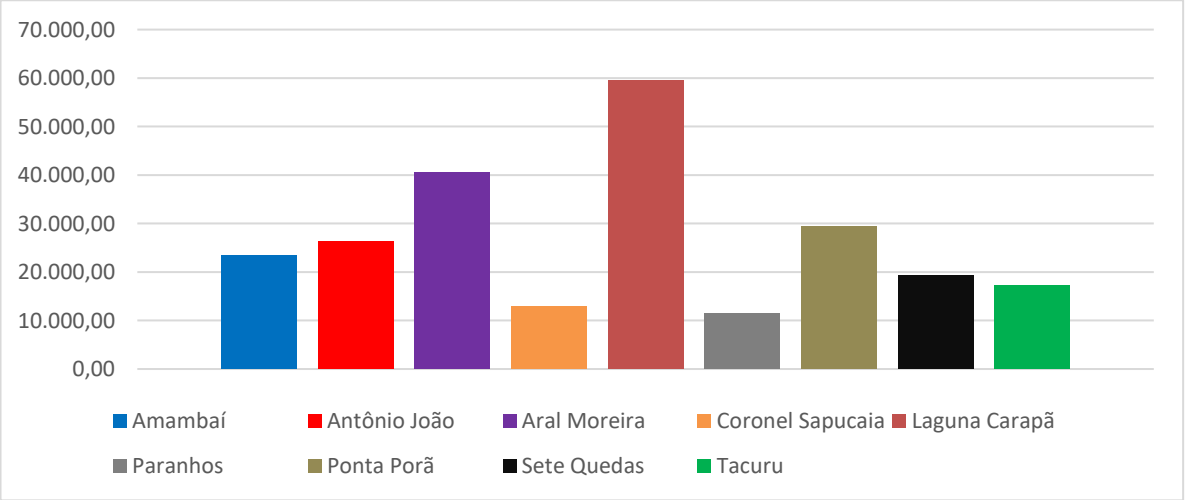
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

As proporções em taxas de 100 mil habitantes por vítimas de acidentes de trânsito, apresentam várias oscilações como em 2008 em Antônio João que atingiu o coeficiente 109,9, logo em 2010 reduziu drasticamente para 12,00. De 2008 a 2010, nos municípios de Aral Moreira e Ponta Porã houve um aumento no número de vítimas de acidentes de trânsito. Vale ressaltar que na tabela 12 há falta de alguns dados que comprometem a precisão da análise.

2.1.1.8. Economia

A renda per capita serve como medidor de desenvolvimento de um país, estado ou cidade. O Produto interno Bruto (PIB) per capita, significa exatamente por pessoa, além disso, mede a renda de cada indivíduo dentro de uma determinada população, calculando uma média geral desse valor. Em 2017, o PIB per capita do Brasil foi de R$31.833,50. Nos municípios em análise, de acordos dados do gráfico 7, no ano de 2017, Laguna Carapã apresenta o PIB per capita quase duas vezes a renda nacional, R$59.577,58. Aral Moreira é de R$40.583,93. Ponta Porã R$29.484,92. Antônio João R$26.235,25. Amambai R$23.460,90. Sete Quedas R$19.177,72. Tacuru R$17.147,41. Coronel Sapucaia R$12.840,71. E por fim com a renda per capita mais baixa, Paranhos com R$11.524,20.

Gráfico 7 - PIB per capita em reais (R$) no ano de 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Com esses dados é possível analisar a economia interna da região, se está

crescendo ou diminuindo, vale ressaltar que a principal atividade econômica do Estado do Mato Grosso do Sul é a agricultura e pecuária.

As receitas oriundas de fontes externa consiste em verbas de projetos e benefícios estaduais e federais, ou seja, que não é da prefeitura, imprescindíveis para gerir a vida dos habitantes. A tabela 13, mostra o percentual das receitas oriundas de fontes externas no ano de 2015 para os limítrofes analisados.

Tabela 13 - Percentual (%) das receitas oriundas de fontes externas no ano de 2015

Município	Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015] (%)
Amambaí	81,4
Antônio João	85,2
Aral Moreira	89,3
Coronel Sapucaia	92,5
Laguna Carapã	87,9
Paranhos	86,2
Ponta Porã	72,8
Sete Quedas	77,1
Tacuru	90

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Sendo assim, além de ser indispensável para todos, Coronel Sapucaia é o limítrofe mais dependente dessas receitas, tem o percentual de 92,5% e o com menor percentagem é a cidade de Ponta Porã com 72,8%. Os demais ficam com percentuais entre esses tais como: Amambai 81,4%, Antônio João 85,2%, Aral Moreira 89,3%, Laguna Carapã 87,9%, Paranhos 86,2%, Sete Quedas 77,1% e Tacuru 90%.

2.1.1.9. Trabalho e rendimento

Por ser área de fronteira seca, os municípios em estudo são afetados diretamente pela mão de obra paraguaia. Com isso, ocorre uma série de fatores que levam pessoas a buscarem opções informais de trabalho.

O percentual de pessoas ocupadas em trabalhos formais, não ultrapassam 16% da população total de cada cidade. De acordo com o IBGE de 2017, Amambai tem 5.074 pessoas ocupadas (13,2%), Antônio João 683 pessoas (7,8%), Aral Moreira 1.152 cidadãos e percentual de 9,8%, Coronel Sapucaia 1.315 pessoas (8,8%), Laguna Carapã tem 1.075 ocupados formalmente (15%), Paranhos 1.025

pessoas (7,4%), Ponta Porã tem 13.608 ocupados (15,2%), Sete Quedas 1.083 resultando em 10% e por fim, Tacuru que apresenta 744 pessoas em trabalhos formais e 6,6% do total da população.

O salário médio dos trabalhadores formais em salários-mínimos reais incide na razão entre a quantidade total recebida e a quantidade de trabalhadores formais, abaixo a tabela 14 apresenta a média dos salários dos trabalhadores formais por município em 2017.

Tabela 14 - Média dos salários dos trabalhadores formais por município em 2017 (em salários-mínimos)

Município	Salário médio mensal dos trabalhadores formais (salários-mínimos) [2017]
Amambaí	2,1
Antônio João	1,9
Aral Moreira	2,2
Coronel Sapucaia	1,7
Laguna Carapã	2,6
Paranhos	2,2
Ponta Porã	2,2
Sete Quedas	2,3
Tacuru	1,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os municípios estão listados em ordem decrescente de média salarial: Laguna Carapã 2,6 - Sete Quedas 2,3 - Aral Moreira, Paranhos e Ponta Porã 2,2 - Amambai 2,1 - Antônio João 1,9 - Tacuru 1,8 e Coronel Sapucaia 1,7.

Em si, o Estado de Mato Grosso do Sul possui aproximadamente 550 mil pessoas que recebem até R$406,00, um percentual de 19% sobre a população total. Nos limítrofes analisados não é diferente, a seguir estão expostos a porcentagem da população com rendimento nominal per capita de até meio salário-mínimo. Amambai 37,8%, Antônio João e Aral Moreira com 41,6%, Coronel Sapucaia 46%, Laguna Carapã 37,2%, Paranhos 46,6%, Ponta Porã 38,1%, Sete Quedas 40,1% e Tacuru com 46,3%.

2.1.2. Resultados

O projeto de extensão propôs, como objetivo principal, coletar e sistematizar

um conjunto de dados socioeconômicos, bem como, formular um relatório analítico a fim de subsidiar os municípios estudados na elaboração de políticas públicas. Buscou também, através de uma visita a Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Prefeitura de Ponta Porã, entender como são construídas e baseadas as políticas de desenvolvimento, além de informarmos quais eram as demandas de dados. Constatou-se falhas e falta de informações para medidas influenciadoras de bem-estar social.

Houve uma minuciosa escolha dos principais indicadores para facilitar a tomadas de decisões das prefeituras. Sobre os dados, concluímos que há municípios com indicadores muito preocupantes e com qualidade de vida abaixo da média, são eles: Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru. Além disso, essas cidades carecem de estruturas básicas de saneamento. Daí, surgem indagações sobre como essas áreas são vistas e como as verbas são destinadas pelo Governo Federal, para melhoria dessa faixa que progride a passos lentos.

2.2. A publicidade da produção acadêmica

O projeto “Boletim Informativo de Administração, Contabilidade e Economia” surgiu como consequência da extensão anterior para valorizar a instituição e as atividades realizadas na UEMS de Ponta Porã de maneira escalável, isto é, foram implantadas estratégias via mídias sociais para realização do trabalho. Vale ressaltar que a pandemia da COVID-19 contribui para idealização e execução da extensão na forma integralmente remota, na qual se iniciou em julho de 2020 e terminou em julho de 2021. Além disso, também seguiu a linha de desenvolvimento regional.

O objetivo geral consistiu na elaboração de um boletim eletrônico informativo dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Já os objetivos específicos abarcaram a:

a) Divulgação de todas as ações, projetos e pesquisas realizadas na UU de Ponta Porã;
b) Exibição da relevância dos cursos de ciências sociais no fomento do desenvolvimento local;
c) Divulgação dos cursos de Administração, Contabilidade e Economia de modo a ampliar a demanda e,
d) Fortalecimento da interdisciplinaridade dos cursos.

Para criação do site (boletim eletrônico) e publicação dos respectivos conteúdos, a metodologia baseou na busca de informações dos cursos, ações, projetos e publicações dos docentes e discentes, artigos sobre negócios e textos que abordaram temáticas de da atualidade com impacto nas áreas sociais aplicadas. Também, os conteúdos foram publicados com periodicidade mensal. Além disso, o graduando adquiriu conhecimentos técnicos ao criar a logomarca e o site completo.

A composição do boletim eletrônico deu-se de nove abas como mostra a figura 2: a) início, b) sobre nós, c) UEMS, d) empresa júnior, e) notícias, f) entrevistas, g) publicações h) projetos, i) programações e, j) contato.

Figura 2 - Página inicial do site BIACE

Fonte: BIACE.

Ao todo foram publicados 27 materiais nas mais diversas abas. Por ser via mídias sociais, o alcance é maior. A plataforma de criação do projeto é gratuita, porém limitada, uma vez que o benefício de quantificar as visualizações é permitida apenas para assinantes.

A produção deste trabalho ganhou notoriedade pelos graduandos, docentes e comunidade externa, além de proporcionar novas ideias de pesquisas. Também, inseriram o link do projeto no site oficial da UEMS, na parte do curso de Ciências

Econômicas e, consolidou um marco para unidade. Entretanto, um ponto a melhorar é a inclusão de um acadêmico de cada graduação para o enriquecimento e debate acerca dos conteúdos publicados, bem como a divisão de atividades.

2.2.1. Proposta

A Quarta Revolução Industrial promove mudanças, especialmente, no contexto econômico. Seja no âmbito microeconômico (na esfera empresarial) como no macroeconômico (decisão de política econômica), os agentes econômicos são desafiados a repensar seu papel nessa nova dinâmica econômica. A Unidade Universitária de Ponta Porã por agregar cursos da mesma área, deve ter um papel diferenciado nesta realidade até porque sua localização é bastante específica (fronteira internacional) envolvendo aspectos positivos (é a quinta maior cidade do estado em termos econômicos e demográficos) como negativos (apresenta indicadores que indicam vulnerabilidade socioeconômica). O atual contexto tecnológico e competitivo impõe a divulgação tanto dos cursos quanto das ações e externalidades positivas por outros meios como o digital e as mídias sociais. O projeto de extensão visou, como ação estratégica para aumentar a demanda dos cursos e tornar a instituição reconhecida regionalmente e local, a criação de um Boletim Informativo de Administração, Contabilidade e Economia. Com intuito de divulgar os três cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas e atividades, projetos e pesquisas realizadas pelos docentes e discentes, sendo assim, tal projeto se tornou imprescindível para ampliar a visibilidade dos cursos e a importância da UEMS para o desenvolvimento local.

2.2.2. Relatório

O projeto intitulado em Boletim Informativo de Administração, Contabilidade e Economia (BIACE), trouxe à tona uma demanda emergente local de divulgação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul em Ponta Porã e na região. Mesmo alcançando um grande número de pessoas, é nítido que muitos da comunidade externa ainda não reconhecem o papel da UEMS na sociedade, e o quão uma formação acadêmica é importante para o desenvolvimento intelectual humano. Sendo assim, pensamos em uma ação estratégica e escalável para mostrar as atividades

que são realizadas na Unidade de Ponta Porã, a fim de atrelar os laços entre a universidade e a sociedade. Tivemos grande adesão por parte dos docentes, discentes e comunidade externa com a criação do site exclusivo dos cursos de ciências sociais. Conseguimos despertar a curiosidade de muitos sobre os assuntos publicados, inclusive em posts como o do Vestibular UEMS, que fomos solicitados para informá-los. Concluindo, foi um marco que destrinchou horizontes de possibilidades para a Unidade de Ponta Porã e para a UEMS, bem como a valorizou localmente.

2.2.3. Resultados

Através de uma linguagem simples, clara e objetiva, publicamos diversos conteúdos como: notícias, programações, lives, projetos, artigos, entrevistas, entre outros. Alcançamos diversas pessoas com as mídias sociais, fortalecemos a interdisciplinaridade dos cursos de Administração, Contabilidade e Economia (Campus Ponta Porã), abrindo diversas possibilidades de pesquisa e extensões, bem como a continuidade desse trabalho, que se consolidou como marco universitário. Também, integramos ao Grupo de Pesquisa 'Organizações, Governo e Sociedade', e interagimos com mestres, doutores, discentes, docentes, mestrandos e doutorandos de diversas áreas dos cursos oferecidos pela UEMS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar na UEMS, unidade de Ponta Porã, o orientado desconhecia o papel fundamental da universidade na sociedade e da extensão. Logo, teve a oportunidade em seu primeiro ano do curso de Ciências Econômicas de desenvolver um projeto para subsidiar a prefeitura na promoção de políticas públicas e no ano seguinte produziu outro para dar visibilidade a universidade regionalmente. Esse último se tornou um marco para a instituição.

A Universidade Estatual de Mato Grosso do Sul, localizada perifericamente em Ponta Porã, é instalada em um bloco cedido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O que torna as vezes imperceptível a existência da instituição na cidade pelas pessoas.

Mesmo com as inúmeras limitações físicas e geográficas, a UEMS propiciou um vasto acervo teórico na biblioteca acerca do desenvolvimento regional. Nomes consolidados na literatura desenvolvimentista como, Nali de Souza (2012), Ricardo Feijó (2007), Ademir Clemente (2000), Manuel da Fonseca (2006), entre outros. A unidade conta também com uma sala com alguns computadores com internet para os alunos realizarem pesquisas e trabalhos. No caso do graduando, este ambiente tornou-se fundamental, pois o mesmo carecia de um computador.

No desenvolvimento do projeto intitulado como “Diagnóstico sócio econômico da microrregião de Ponta Porã para subsidiar a prefeitura no planejamento de políticas públicas”, vimos a enorme defasagem com alguns dados plotados nos sistemas governamentais, materiais desatualizados que prejudicaram a criação de um banco de dados mais condizente com a realidade dos municípios fronteiriços, bem como, espantamos com a falta de metodologia baseada em fatos por parte da Prefeitura Municipal de Ponta Porã para implementação das políticas de desenvolvimento.

Em relação ao Boletim Informativo de Administração, Contabilidade e Economia (BIACE), como passávamos por um período crítico, decorrente da pandemia da COVID-19, a execução do projeto se deu de forma remota e escalável. O êxito deste foi impressionante pela adesão das pessoas, interação universitária e a abrangência de novas oportunidades para os acadêmicos e universidade, em prol de divulgar a instituição para os possíveis ingressantes na instituição. O ideal futuramente, para este projeto é incluir um graduando de cada curso da unidade, para abarcar perspectivas distintas.

Para o aluno, o encargo intelectual adquirido é fruto da competência dos profissionais presentes da universidade. Além disso, a experiência nos anos inicias da graduação com a extensão, motiva e ensina o que no futuro será uma realidade recorrente com a profissão na área de econômica. Contudo, para reforçar a linha de pensamento na formação do conhecimento, Piaget (1970:53) diz que "O principal objetivo da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram". A partir disso, percebemos que é preciso ir além do senso comum para produção de trabalhos e pesquisas que refletirão em benefícios sociais.

A universidade pública como é responsável pela maior parte das pesquisas do brasileiras, têm um papel fundamental na sociedade, seja na inclusão do ensino ou em extensões e pesquisas. Também, busca suprir determinadas demandas através do conhecimento e tecnologias. Neste caso, as produções feitas pela UEMS de Ponta Porã eram vistas em sua maior parte apenas no ambiente interno e o projeto BIACE possibilitou a visibilidade de forma escalável através das mídias sociais, não somente para a população local, mas regionalmente. A valorização da unidade também é fruto deste trabalho.

Mesmo com as limitações, devemos ressaltar o papel fundamental da UUPP em prol do bem-estar social, através dessas pesquisas contribuímos para uma sociedade melhor, onde todos tem o direito de obter as necessidades básicas de sobrevivência, porém o que vemos é a escancarada desigualdade social que afeta regiões como a sul-fronteira de Mato Grosso do Sul. Local repleto de oportunidades e desafios e com características únicas, que podem ser desenvolvidas com o auxílio das produções universitárias.

Ao findar as duas extensões surgiram múltiplas ideias de novas oportunidade de implementações de extensões, como estudar os planos estaduais para a fronteira, buscar entender a metodologia do Governo Federal na destinação de verbas para essa área, analisar a relação do Direito e Economia e o ambiente de negócios em Mato Grosso do Sul. Também, vale ressaltar que todos os trabalhos realizados nos três cursos da área de ciências sociais podem ser divulgados no Boletim Informativo da unidade, o BIACE.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron. ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ARAGAKI, Caroline. **Universidade pública tem papel social, intelectual e econômico**. 2019. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/universidade-publica-tem-papel-social-intelectual-e-economico/. Acesso em: 14 maio 2022.

ATLASBR. **IDHM - Educação**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/. Acesso em: 03 fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Brasil**. Disponível em: https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt. Acesso em: 15 maio 2020.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BRASIL. Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2017: Ano base: 2016** Campo Grande: SEMAGRO, 2017.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CLEMENTE, Ademir. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Em dez anos, acidentes de trânsito consomem quase R$ 3 bilhões do SUS**. 2019. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28254:2019-05-22- 21-49-04&catid=3. Acesso em: 21 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Um suicídio ocorre a cada 40 segundos no mundo, diz Organização Mundial da Saúde**. 2019. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/809-um-suicidio-ocorre-a-cada-40- segundos-no-mundo-diz-organizacao-mundial-da-saude. Acesso em: 02 abr. 2020.

DATASUS. **MS Geral**. Disponível em: ftp://ftp.datasus.gov.br/caderno/geral/ms/MS.xls. Acesso em: 21 out. 2019.

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro** / Ricardo Feijó.--São Paulo : Atlas, 2007.

FERREIRA, Priscila. **Resolução do MEC sobre a extensão universitária traz desafios e requer novas estratégias**. 2019. Disponível em: https://www.comciencia.br/resolucao-do-mec-sobre-extensao-universitaria-traz-desafios-e-requer-novas-estrategias/. Acesso em: 14 maio 2022.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifdm/. Acesso em: 16 set. 2019.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. **Planejamento e desenvolvimento econômico** / Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca. - São Paulo: Thomson Learning, 2006.

FORPROEX (Fórum de pró-reitores de extensão das instituições públicas de educação superior brasileiras); SESu/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: 1999. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images /documentos /Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf. Acesso em: 30/10/2022.

FORPROEX (Fórum de pró-reitores de extensão das instituições públicas de educação superior brasileiras); SESu/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária.**Ilhéus: Eitus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v. 1).

FORPROEX (Fórum de pró-reitores de extensão das instituições públicas de educação superior brasileiras). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: Forproex, maio 2012. (Coleção Extensão Universitária, v. 7) Disponível em: https://www.ufmg. br/proex/renex/index.php/ documentos/ colecao-extensaouniversitaria. Acesso em: 30 de outubro de 2022

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias** / Antônio Carlos Gil.4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Marilia Lorena Aguero. **A Universidade como indutora de desenvolvimento regional/local: as ações extensionistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Unidade Universitária de Ponta Porã.** Dissertação de mestrado/PPGDRS. Ponta Porã, MS: UEMS, 2021.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Governo. **Base Nacional Comum é tema de exposição do ministro na Comissão de Educação da Câmara**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/ocde. Acesso em: 02 abr. 2020.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. [*S. l.*], 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

IDEB. **IDEB - Resultados e Metas**. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1696117. Acesso em: 03 fev. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades MS**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama. Acesso em: 09 set. 2019.

Ipea. **Ipeadata Regional**. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 23 set. 2019.
Ipea. **Ipeadata Social.** Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 23 set. 2019.

LAMBERTI, Eliana. MATOS, Willian Rocha de. **O pensamento econômico e o pensamento jurídico: evolução e paradigmas.** Revista Profanações. Ano 7, n. esp., p. 61-89, fev. 2020.

LAMBERTI, Eliana. VIEIRA, Rosele Marques. **Experiencias Extensionistas em território fronteiriço.** III Simpósio Latino-Americano de Estudos do Desenvolvimento Regional (SLAEDR). Sessão Temática ST3 - Políticas públicas, planejamento urbano e integração regional. 08 a 11 de novembro, 2022.

MACHADO, L. O. **Limites, fronteiras, redes.** In: STROHAECKER, T. M. et. al. (Org.). Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

MATO GROSSO DO SUL. SEMAC/SEPROTUR. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA/MS**. 2012. Disponível em: http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Plano-Desenvolvimento-eIntegra%C3%A7%C3%A3o-de-Fronteira.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

MÉNDEZ, R. **Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global.** Barcelona: Editorial Ariel, 2006.

Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 maio 2022.

Ministério da Saúde. **SUS**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br. Acesso em: 20 abr. 2020.

N. BARBOSA, Tayla. **Desenvolvimento local: uma análise crítica dos paradigmas e dos impasses**. [*S. l.*], 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9676/BARBOSA_Tayla_2018.pdf?sequence=4. Acesso em: 22 out. 2022.

PASCUAL, Jesus Garcia. **Autonomia intelectual e moral como finalidade da educação contemporânea**. 1999. Disponível em: https://bityli.com/MghwFD. Acesso em: 15 maio 2022.

PNUD. **IDH**. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html. Acesso em: 20 jun. 2020.
SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início**

do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2012.

REDMAXX. **E-book Big Data - Guia definitivo**. V.1.0. [*S. l.*], 14 jan. 2021. Disponível em: https://www.redmaxx.com.br/e-book/EBOOK_BIG_DATA_GUIA_INICIANTES_V1.0.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SEMAGRO. **Estatísticas MS**. Disponível em: http://www.semagro.ms.gov.br/estatisticas-ms-2/. Acesso em: 07 out. 2019.

SEMAGRO. **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul**. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Mateus%20Ribeiro/Documents/Projeto%20BD%20Eliana/PerfilEstat%C3%ADstico-de-MS-2018.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

SEMAGRO. **Plano de Desenvolvimento e Integraçãoda faixa de fronteira/MS**. [*S. l.*], 2012. Disponível em: http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

SEMAGRO. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento**. [*S. l.*], 2015. Disponível em: http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

SILVA, Fábio Correia da. BARO, Andreia Rodrigues Ferreira. SOARES, Fany Pereira de Araújo. **Criptomoedas: apontamentos sob a ótica macroeconômica**. Diversitas Journal, vol 5. N.1 (JAN/MAR, 2020).

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico** / Nali de Jesus de Souza. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Nidene Cardena **A Extensão Universitária como Promotora de Desenvolvimento: Análise da Extensão na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**. Dissertação de mestrado/PPGDRS. Ponta Porã, MS: UEMS, 2021.

ZAPELINI, Wilson Berckembrock. **Planejamento**. – 2. ed. rev. atual. – Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010. 144 p.: il.; 27,9 cm.